mos do artigo 16.º do regulamento para a promoção aos postos inferiores do exército de 1 de Março de 1913.

Art. 2.º As praças que pertencerem aos quadros permanentes ficarão supranumerárias caso não tenham vaga no referido quadro da sua unidade, entrando depois nele pela forma estabelecida no § 1.º do artigo 1.º do referido regulamento.

Art. 3.º Estas praças, quando em serviço efectivo, desempenharão as funções de primeiro cabo sempre que o serviço da respectiva oficina não exigir o contrário.

Art. 4.º Fica por esta forma alterado o disposto no § 1.º do artigo 7.º da lei de 31 de Agosto de 1915.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Guerra assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 28 de Junho de 1916. — *Bernardino Machado* — *José Mendes Ribeiro Norton de Matos*.

DECRETO N.º 2:475

Atendendo a que tem sido nomeados, por imposição de serviço, para servir no ultramar nos termos do decreto de 14 de Novembro de 1901, diversas praças de pré do exército metropolitano que foram aprovadas em concursos para os postos imediatos realizados no ano da nomeação para aquele serviço, e sendo de toda a justiça que às praças nestas condições seja garantida a sua promoção desde que lhe caiba dentro do prazo de validade do respectivo concurso, pois que não é justo que se lhe imponha a obrigação do serviço militar nas colónias com prejuízo dos direitos adquiridos no exército, resultando da imposição a perda da promoção a que tem direito; usando da autorização concedida pela lei n.º 491, de 12 de Março de 1916: hei por bem, atendendo ao que me representou o Ministro da Guerra, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É garantida a promoção aos postos de primeiro e segundo sargento para os quadros permanentes do exército metropolitano a todas as praças de pré que tiveram ou venham a ter passagem à guarnição das províncias ultramarinas, por imposição de serviço, nos termos do decreto de 14 de Novembro de 1901, desde que estejam aprovadas em concurso para o posto imediato e a promoção lhes pertença ou tenha pertencido dentro do prazo de validade do respectivo concurso, caso não tenham perdido direito a ela nos termos do regulamento para a promoção aos postos inferiores do exército.

Art. 2.º As praças nas condições do artigo anterior serão promovidas ao posto imediato logo que regressem ao exército da metrópole, assim o requeiram e não tenham continuado em nova comissão no exército colonial pelo haverem pedido, e contarão a antiguidade que lhes pertença pela lista da classificação final do concurso em que tiverem sido aprovadas.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor e ficam revogadas as disposições em contrário.

O Ministro da Guerra assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 28 de Junho de 1916. — *Bernardino Machado* — *José Mendes Ribeiro Norton de Matos*.

DECRETO N.º 2:476

Atendendo ao que me representou o Ministro da Guerra e usando da autorização concedida pelas leis n.º 373, de 2 de Setembro de 1915, e n.º 491, de 12 de Março de 1916: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os prazos marcados no decreto n.º 2:407, de 24 de Maio do corrente ano, são prorrogados por mais 15 dias.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Interior e da Guerra assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 28 de Junho de 1916. — *Bernardino Machado* — *Erás Mousinho de Albuquerque* — *José Mendes Ribeiro Norton de Matos*.

4.ª Repartição

Rectificações

No decreto n.º 2:469, de 23 do corrente, que estabelece o plano de regime para os cursos professados na regência provisória do decreto de 4 de Abril de 1916, constam as seguintes incorrecções:

P. 628, 1.ª col.—curso de engenharia—teorias sobre... onde se lê «1.º semestre» deve ler-se «1.º trimestre».

P. 628, 2.ª col.—curso de artilharia a pé, onde se lê «6.ª cadeira», deve ler-se «8.ª cadeira».

P. 629, 1.ª col.—curso de artilharia de campanha—conferências sobre hipologia, onde se lê «uma lição semanal» deve ler-se «uma semanal».

DECRETO N.º 2:477

Tendo-se reconhecido a impossibilidade de em dois anos se poderem cumprir os programas da 1.ª secção do curso geral dos licens, a que deve ser equivalente o «Curso preparatório» professado no Instituto Feminino de Educação e Trabalho e de que trata o artigo 124.º do regulamento do citado Instituto, aprovado por decreto de 12 de Junho do ano findo; considerando ainda a conveniência de que ao ensino profissional só sejam admitidas as alunas com um mínimo de 13 anos; e em harmonia com o determinado no artigo 11.º da lei orgânica de 19 de Agosto de 1911: hei por bem, sob proposta do Ministro da Guerra, decretar:

Artigo 1.º Que o «Curso preparatório» professado no Instituto Feminino de Educação e Trabalho seja elevado a três anos.

Art. 2.º Que as actuais alunas do 2.º ano, que não possam ser submetidas a exame ou fiquem reprovadas, frequentem no próximo ano lectivo o terceiro do referido curso, e que às do primeiro ano do mesmo curso seja aplicada a doutrina deste decreto.

Art. 3.º Que, em harmonia com a doutrina dos artigos 11.º e 13.º da citada lei orgânica, o curso do comércio professado neste Instituto constará de três anos, ficando equivalente ao curso das escolas elementares de comércio.

Os Ministros da Guerra e da Instrução Pública assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 28 de Junho de 1916. — *Bernardino Machado* — *José Mendes Ribeiro Norton de Matos* — *Joaquim Pedro Martins*.

DECRETO N.º 2:478

Considerando que há toda a conveniência em que as praças que estão frequentando as escolas preparatórias para oficiais milicianos, e que requereram admissão à matrícula na Escola de Guerra, não interrompam a frequência daquele curso senão depois de terem sido admitidos à referida matrícula; atendendo ao que judiciosamente neste sentido foi representado pelo director da Escola Preparatória de Lisboa; e usando das autorizações concedidas pelas leis n.º 373, de 2 de Setembro de 1915, e n.º 491, de 12 de Março de 1916: hei por bem, ouvido o Conselho de Ministros, decretar que o § único da alínea c) do artigo 11.º do decreto n.º 2:367, de 4 de Maio de 1916, passe a ter a seguinte redacção:

§ único. Os indivíduos que requererem a sua admissão à matrícula na Escola de Guerra, ao abrigo dos decretos de 4 de Abril e de 2 de Maio de 1916, ficarão dispensados da frequência das Escolas Preparatórias para oficiais milicianos, a partir do dia em que forem admitidos à matrícula na dita Escola de Guerra.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da Repú-